

Instituto de Apoio à Criança  
João Carlos Leitão Ribeiro Santos  
João José Correia Gomes Esteves  
Jorge Soares  
José Fragata

Luís Filipe da Conceição Pereira  
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
Maria Helena Cargaleiro Delgado Figueiredo Lopes  
Rui Santos Ivo  
*Task Force* para o surto da Doença dos Legionários em Vila Franca de Xira

21 de abril de 2015. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.  
208605565

#### Despacho (extrato) n.º 4692/2015

Por despacho do Ministro da Saúde de 16 de abril de 2015, é concedida a medalha de serviços distintos do Ministério da Saúde, grau 'ouro', ao Instituto Português Oncologia do Porto Francisco Gentil, EPE.

22 de abril de 2015. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.  
208606075

#### Despacho (extrato) n.º 4693/2015

Por despacho do Ministro da Saúde de 21 de abril de 2015, é concedida a medalha de serviços distintos do Ministério da Saúde, grau 'ouro', à NOVA Medical School — Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

27 de abril de 2015. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.  
208605695

#### Despacho (extrato) n.º 4694/2015

Por despacho do Ministro da Saúde de 27 de abril de 2015, é concedida a medalha de serviços distintos do Ministério da Saúde, grau 'prata', à Fundação EDP.

28 de abril de 2015. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.  
208605979

### Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

#### Aviso n.º 5004/2015

#### Abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho para a carreira de técnico superior

1 — Em conformidade com os artigos 30.º e 33.º ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por deliberação de 9 de abril de 2015, do Conselho Diretivo da ACSS, I. P., se procede à abertura pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, pertencente ao mapa de pessoal deste Instituto Público, a constituir na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercício de funções no Departamento de Gestão e Financiamento de Prestações de Saúde.

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da ACSS, IP ([www.acss.min-saude.pt](http://www.acss.min-saude.pt)), a partir da presente data e por extrato num jornal de expansão nacional, no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data.

3 — Legislação aplicável:

Lei geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e Código do Procedimento Administrativo (CPA).

4 — Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, declara-se não estarem constituídas na ACSS, I. P. reservas de recrutamento. Mais se declara que na sequência de consulta prévia efetuada à Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), foi declarada a inexistência de candidatos em reserva de recrutamento com o perfil adequado, visto não ter ainda decorrido qualquer procedimento concursal para este efeito.

5 — Nos termos e para os efeitos dos artigos 4.º e 7.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi demonstrada a inexistência de tra-

balhadores em situação de requalificação, através de declaração emitida pela Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas — INA.

6 — Âmbito do Recrutamento:

Através do Despacho n.º 4298/2014-SEAP, de 4 de dezembro, do Secretário de Estado da Administração Pública, foi autorizada a abertura do procedimento concursal, com vista ao preenchimento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, destinado a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, a trabalhadores com vínculo de emprego público a termo resolutivo e a trabalhadores sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

7 — O recrutamento dos candidatos que integram a lista unitária de ordenação final homologada deve observar as prioridades previstas no artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

8 — Caracterização do posto de trabalho e perfil de competências:

Ref. 2015/D1 — 1 posto de trabalho da carreira de técnico superior para a área da Contratualização/Gestão do Acesso/Codificação Clínica (CID-9-MC).

Caracterização do posto de trabalho:

Colaborar na proposta de modelo de financiamento das instituições prestadoras de cuidados de saúde;

Definir indicadores para elaboração do Contrato-Programa das instituições prestadoras de cuidados de saúde;

Acompanhar a execução do Contrato-Programa das instituições prestadoras de cuidados de saúde no âmbito do SNS;

Desenvolver e implementar os Programas de Saúde Específicos para contratualização com as instituições prestadoras de cuidados de saúde;

Colaborar na elaboração da tabela de preços do Serviço Nacional de Saúde;

Colaborar no desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento e monitorização da contratação de serviços com entidades privadas;

Executar projetos ligados ao programa Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia e ao programa Consulta a tempo e Horas, com vista à promoção do pleno funcionamento destes programas e dos sistemas de informação que os suportam;

Garantir a qualidade da classificação de doentes segundo a Classificação Internacional de Doenças, 9.ª Revisão, Codificação Clínica (CID-9-MC) e o sistema de classificação de doentes em Grupos de Diagnóstico Homogêneos (GDH);

Avaliar a qualidade dos dados dos hospitais referentes a episódios de internamento classificados em GDH;

Avaliar a conformidade da codificação dos processos clínicos com as regras de codificação em uso (CID-9-MC) e com as da faturação;

Selecionar amostras de episódios a auditar, quer por amostragem aleatória, quer para auditorias temáticas, com base em indicadores predefinidos e com recurso ao programa informático Auditor.

Perfil de competências:

Experiência como gestor na área da saúde, preferencialmente em hospitais ou Administrações Regionais de Saúde;

Colaboração na implementação de programas de resolução de listas de espera;

Experiência em contratualização com instituições prestadoras de cuidados de saúde;

Conhecimento do modelo de financiamento com instituições prestadoras de cuidados de saúde e do sistema de classificação de doentes em Grupos de Diagnóstico Homogêneos;

Possuir conhecimentos de Inglês falado e escrito;

Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador.

9 — Requisitos de Admissão:

9.1 — Requisitos gerais de admissão: poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os candidatos que reúnam, até à data de abertura os requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP, designadamente:

a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;

e) Cumprimentos das leis de vacinação obrigatória.

9.2 — Ser titular do nível habilitacional e área de formação académica de acordo com a referência a seguir indicada, sendo que inexistente a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional:

Ref. 2015/D1 — Licenciatura em Sociologia, Economia, Gestão de Empresas, Matemática Aplicada ou em Estatística e Gestão da Informação.